

O complexo econômico do Cariri em meados do século XIX: terra, trabalho e a desigualdade social

Darlan de Oliveira Reis Junior¹

Resumo: O presente artigo discute a questão agrária na segunda metade do século XIX, na região do Cariri cearense. A relação terra-trabalho assumiu vários contornos e feições no decorrer do processo histórico brasileiro e é ainda inconclusa, devendo ser analisada dentro de um quadro mais amplo. Desse modo, são apresentadas as características que compunham o complexo econômico brasileiro no período, bem como as atividades existentes no Cariri. A riqueza da classe senhorial estava diretamente relacionada à apropriação das terras e à exploração dos trabalhadores pobres e dos escravizados, o que gerava a desigualdade social existente e a relação entre a pobreza e a riqueza na região. A relação entre o sistema agrário, injustiça social e o trabalho dão sentido à palavra agrário no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Agrário; História Econômica; Trabalho.

Abstract: This article aims to discuss the agrarian question in the second half of the 19th century, in Cariri region of the state of Ceará. The land-work relationship that took on several contours and features during the Brazilian historical process, is still unfinished, and should be analyzed within a broader framework. Therefore, the characteristics that made up the Brazilian economic complex in the period are presented, as well as the existing activities in Cariri. The wealth of the landlord class was directly related to the appropriation of land and the exploitation of poor and enslaved workers, which generated the existing social inequality and the relationship between poverty and wealth in the region. The relationship between the agrarian system, social injustice and work gives meaning to the word agrarian in the Brazilian context.

Keywords: Agrarian; Economic History; Work

The economic complex of Cariri from the mid-19th century: land, work and the social inequality

Introdução

Para um entendimento das questões que envolvem o mundo do trabalho e da propriedade é necessário que o procedimento metodológico do pesquisador leve em conta os recortes temporal e espacial, pois as relações que se estabelecem são históricas. As relações sociais de produção são ativas e dinâmicas, permeadas por continuidades e discontinuidades e se inserem em um quadro maior, o do meio histórico, um espaço social revelador das contradições, divisões e desarmonias, mas também das solidariedades e da convivência

¹ Professor Associado do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Membro do INCT - PROPRIETAS.

cooperativa (CARDOSO, 1979, p.18). No trabalho humano está inserida a relação com as demais forças da natureza, o intercâmbio entre elas, dentro do processo histórico (MARX, 1971, p.202). Entender o mundo do trabalho em todas as suas dimensões significa não ficar preso somente à atividade propriamente dita, pois ele diz respeito aos valores, tradições, experiências, conflitos e solidariedades que os seres humanos estabelecem em suas relações de trabalho e com o espaço social em que vivem. O mais apropriado seria dizer “os mundos” do trabalho. Como afirma Sidney Chalhoub, no que diz respeito a esses mundos, cada história recuperada através dos documentos é uma encruzilhada de muitas lutas na sociedade: na estigmatização dos pobres, nas estratégias de controle social dos agentes policiais e judiciários, na reação dos trabalhadores e suas experiências de resistência e afirmação (CHALHOUB, 2001, p.41).

Assim também ocorre com a questão da propriedade. No caso brasileiro passou por diferentes formas jurídicas que conviveram no mesmo período histórico, até serem substituídas por novas formas, o que está relacionado às transformações estruturais do país. A formação social brasileira na segunda metade do século XIX apresentava um mosaico de atividades que formavam o complexo econômico. Segundo José Heder Benatti, no espaço agrário brasileiro, uma estratégia própria para se apossar dos recursos naturais renováveis foi gerada em cada região. O que levou à formação de propriedades distintas: a propriedade sesmarial, a propriedade senhorial e a propriedade moderna brasileira, que se imbricavam e se combinavam na transição para o capitalismo no Brasil, particularmente no século XIX (BENATTI, 2009, p.211-238).

No século XIX, o Brasil apresentava a predominância da agricultura e demais atividades vinculadas ao mundo rural, sendo aquelas voltadas para a exportação, o sustentáculo de sua economia, onde a força de trabalho escravizada tinha grande importância. O que não significa dizer que sua economia era homogênea, “antes se desenvolveu a partir de peculiaridades regionais”, formando um mosaico de atividades, diferenciando-se nas relações de trabalho, de tecnologias, de produtos, de mercados e formas de propriedade (PAULA, 2012, p.182). João Luís Fragoso afirma que existiu um mosaico de formas não capitalistas na formação social brasileira, criando espaços tais como o de um escravismo ligado ao abastecimento interno, uma unidade camponesa que podia utilizar escravos ou não, além da produção que se valia do uso de trabalhadores livres sob a forma de trabalho não assalariado. Segmentos estes, segundo Fragoso, subordinados nessa formação econômico-social, ao eixo do escravismo ligado ao mercado internacional (FRAGOSO, 1998). Nesse processo, surgiu

uma estrutura rural que definiu em parte a organização social, as formas de trabalho e as desigualdades e hierarquias nas diversas regiões brasileiras. A síntese feita por João Antonio Paula traduz bem a questão.

É uma importante conquista da historiografia brasileira a superação da perspectiva em que a história econômica do Brasil era tomada como um somatório de ciclos de produtos (açúcar, ouro, café), os quais teriam trajetórias similares (nascimento, auge, declínio). Tal maneira de ver as coisas resultou num reducionismo problemático, ao ignorar a existência de “complexos econômicos”, para além da exportação de alguns produtos. A economia nordestina, mesmo no auge da exportação de açúcar, nunca foi apenas açucareira, como também não foi só mineratória (ouro e diamantes) a economia de Minas Gerais no século XVIII e assim por diante. Trata-se então de entender a economia brasileira no século XIX como regionalmente diversificada do ponto de vista da produção, dos mercados, das relações de trabalho, das estruturas fundiárias. (PAULA, 2012, p.183)

As atividades econômicas se complementam e não podem ser explicadas somente por elas mesmas, ou isoladamente. Um declínio em certo momento não deve ser tomado como extinção da atividade a priori. A ideia de ciclo pode levar a este tipo de pensamento, mas que, segundo estudos como o feito por João Antônio Paula demonstram, resultam em reducionismo. Parece-me que a análise através do conceito de complexo econômico permite entender que a economia regional está articulada à nacional, sentindo os efeitos de um crescimento, de uma crise, da política econômica de determinado governo, refletindo na circulação de pessoas, ideias, mercadorias. Mesmo em períodos de crise ou de diminuição de uma atividade, as pessoas continuam a consumir, produzir, vender, trocar, trabalhar dentro das possibilidades que se apresentam². Além disso, o complexo econômico permite entender as particularidades locais. Por fim, outra questão ainda deve ser levada em consideração. A afirmação de que as atividades econômicas em determinada época produziram o crescimento econômico, ou uma retração, deve levar em conta as consequências das mudanças não só no que elas geralmente são mais evidentes, ou seja, não só nos números, nos índices, mas também nas alterações das relações sociais de produção, na renda das pessoas, em suas condições materiais, na mudança técnica. Quem foi beneficiado ou prejudicado, qual foi o custo social do processo? É preciso enxergar tanto as mudanças como as permanências,

² Como explica Mészáros, não é a atividade econômica que determina a riqueza ou a pobreza das pessoas, mas sim as relações que são estabelecidas entre elas. “É evidente que nenhuma sociedade, nem mesmo de complexidade limitada, pode surgir sem a produção de alimentos básicos que excedam as exigências individuais dos trabalhadores. Mas é igualmente evidente que a existência de um produto excedente agrícola não encerra em si nenhuma determinação econômica quanto à maneira de sua apropriação. Ele pode ser apropriado por um grupo limitado de pessoas, mas também pode ser distribuído com base na mais estrita igualdade”. In: MÉSZÁROS, 2006, p129.

quanto mais, numa paisagem predominantemente rural como era o Cariri na segunda metade do século XIX.

Além da predominância das atividades agrícolas e da preponderância econômica da produção voltada para a exportação, algumas características importantes destacavam a economia brasileira. Mike Davis ressalta que o Brasil do século XIX compartilhou além da ação do fenômeno El Niño, duas outras características com a Índia: independente em termos nominais, sua economia era dominada por investidores e credores ingleses, sendo um exemplo clássico de “colônia informal”. A outra característica seria um crescimento econômico em escala nacional até uma interrupção durante a segunda metade do século XIX, sem nenhum aumento considerável na renda ou na produtividade per capita. Um crescimento que não diminuiu a desigualdade existente no país.

Contudo, enquanto na Índia a vulnerabilidade cada vez maior à fome combinou-se com uma notável modernização da infraestrutura em fins do século XIX, a história moderna do sertão impressiona pela ausência de qualquer papel significativo do Estado no desenvolvimento até a década de 1960 e a ameaça de revolução. (DAVIS, 2002, p.389-390)

As atividades econômicas voltadas para a exportação, desde o início da colonização e chegando ao período imperial, foram as mais destacadas ou que chamaram a atenção das autoridades políticas e dos grandes agentes econômicos. Predominância que não quer dizer exclusividade, ou homogeneidade e que, antes se desenvolveu a partir de peculiaridades regionais. Nesse processo, a estrutura agrária definiu em parte a organização social, as formas de trabalho e as desigualdades e hierarquias nas diversas regiões brasileiras, conforme as relações políticas, a conjuntura do mercado internacional e as decisões do estado. A diversidade de condições sociais, exclusões, enriquecimento de alguns em detrimento de outros, parecem ser a regra. Havia pequenos produtores que trabalhavam com suas famílias e que, em alguns momentos, utilizavam escravos. Mas também havia trabalhadores que atuavam como jornaleiros e ao mesmo tempo, produziam em pequenas roças, alimentos para sua sobrevivência e a de suas famílias. Além destes, viam-se camponeses que perdiam suas terras enquanto outros conseguiam uma diferenciação econômica e obtinham mais posses. Diferenças de riqueza e de status entre a classe senhorial também estavam presentes, incluindo-se aí as diferenças regionais.

Sendo a economia do Brasil diversificada, apesar de sua dependência estrutural, o Ceará não era diferente, estava inserido na formação social brasileira, apresentando múltiplas atividades. Se não é correto afirmar que a economia brasileira era somente escravista, de

monocultura, com a supremacia do latifúndio e voltada para a exportação, também não se pode reduzir o interior cearense à pecuária, com sua utilização do trabalhador livre ou às atividades agrícolas de subsistência, sempre associada aos trabalhadores agregados, moradores nas terras dos senhores, ou aos parceiros e pequenos produtores. O mosaico de atividades, relações de trabalho, formas de ocupação do solo também se fazia presente no sertão, ocasionando a existência do lugar como plural, os sertões, no caso em estudo, os sertões cearenses, e em particular, a região do Cariri.

O complexo econômico do Cariri em meados do século XIX

O Cariri do século XIX teve a predominância de um mundo rural, não a exclusividade deste. As cidades eram os centros administrativos, políticos e jurisdicionais do poder estabelecido, onde também se desenvolviam atividades econômicas que cresciam no Brasil Imperial, contribuindo para sua diversificação. A historiografia aponta que houve no Cariri, no decorrer dos oitocentos, principalmente a partir da década de 1850, um crescimento econômico caracterizado pela modernização do espaço, melhorias nos transportes, aumento nos índices de produção, o que refletiu no crescimento das vilas e das cidades. Para efeito de demonstração, recorre-se à comparação com a primeira metade daquele século, quando a região teria tido uma atividade econômica mais modesta. Ralph Della Cava aponta a relação entre a produção regional e as questões do mercado internacional. Segundo o autor, nas primeiras décadas do século XIX, a conjuntura econômica não era favorável, pois sua produção não atendia aos interesses daquele mercado.

Mais importantes para o relativo declínio do vale no conjunto do Ceará, entre 1824 e 1850, foram, no entanto, os reveses econômicos que marcavam o pós-independência. O Cariri, por exemplo, ainda não tinha produtos, como o algodão, de que a Europa carecia e os quais comprava mais barato das regiões litorâneas do Ceará, que começavam a ser cultivadas e ficavam mais perto. (DELLA CAVA, 2014, p.60-61)

Segundo Antonio José de Oliveira, a economia local naquele período tinha como principal atividade, a produção canavieira, com seus engenhos dominando a paisagem e estruturando a vida material dos habitantes.

Apesar das grandes possibilidades de crescimento de uma variedade de indústria, o setor mais marcante foi a indústria canavieira; com a fabricação da rapadura nos engenhos se originou a principal atividade lucrativa na região, que na atualidade ainda é uma das principais atividades que

permanece contribuindo consideravelmente para a receita tributária da localidade.

Concentrada em sua maioria nas terras das Vilas de Missão Velha, Crato, Barbalha, Brejo Grande e Jardim, a lavoura canavieira, no período colonial, foi bastante consistente e a produção da rapadura, nos engenhos, preserva uma estrutura de produção e mão-de-obra que resiste até a atualidade. (OLIVEIRA, 2003, p.44)

Oliveira demonstra que ocorria o predomínio dos engenhos de rapadura, condicionando as demais atividades econômicas. Segundo ele, constituiu-se “um sistema econômico e social bem peculiar” (2003, p.33). Fazendas, sítios, pequenas posses, combinavam atividades relacionadas à cana-de-açúcar e a produção para a subsistência. Não só nos engenhos, pois havia também, pequenas indústrias caseiras. Em sua análise, destaca o fato de que a base da economia a produção dos engenhos e da indústria caseira de rapaduras sempre esteve associada à produção de um gênero alimentício importante: a farinha de mandioca, base da alimentação caririense. A soma dessa produção, quando atingia o patamar além da própria subsistência dos produtores, era destinada às feiras do Crato, Barbalha e outras vilas. E a base para todas essas atividades era o emprego da mão de obra de dois tipos:

Ao lado desses proprietários, e da pequena produção de subsistência, crescia também uma população migrante. Caboclos, mulatos, mestiços que, atraídos pela “abundância” de terras e de trabalho, ocupavam as áreas que circundam os engenhos e pequenas fazendas. Nessa perspectiva, originam-se dentre várias categorias de trabalhadores, duas; escravos e livres, formando dois grupos sociais predominantes no setor da produção e da relação social de trabalho no Cariri. (OLIVEIRA, 2003, p. 35)

Dessa maneira, apesar de não contar com os grandes latifúndios existentes em outras regiões do Brasil, o Cariri cearense tinha atividades econômicas comuns a outros lugares, além da utilização de trabalhadores escravizados e livres. A classe senhorial não estava disposta a conceder as melhores terras disponíveis para a população migrante, as relações sociais de produção no interior não foram menos rígidas do que as existentes no litoral. Agricultores, pequenos produtores, fazendeiros, oleiros, carpinteiros, ferreiros, mercadores, tropeiros, homens e mulheres livres e escravos circulavam pelos caminhos do Cariri, em seus povoados, vilas e na cidade do Crato, trabalhando, comercializando, trazendo notícias, visitando familiares e amigos. Em meados do século XIX, o predomínio das atividades ligadas ao mundo rural era combinado com as exercidas nos núcleos urbanos das vilas e da cidade do Crato:

Benedicto da Silva Garrido, acaba de reorganizar sua Botica, achando-se a mesma bem provida, especialmente dos mais recentes productos chimicos,

que a experiencia tem demonstrado sua grande utilidade, como a celebre Santanina, producto activo de sementes contra os vermes, sendo sufficiente dous grãos deste medicamento misturados em assucar, para fazer expellir quantidade de vermes em uma creança de dous a quatro annos de idade. A Botica acha se, e continua, sobre a gerencia do mesmo. (O ARARIPE, 25/09/1857, p. 4)

Além do comércio tradicional, como o de secos e molhados, outros serviços, antes inexistentes, também eram repetidamente anunciados naquele jornal, demonstrando que havia um público consumidor nas vilas, das mercadorias provenientes de outras localidades. Existiam anúncios mais tradicionais, sobre a compra ou venda de terras, assim como de escravos, que podiam ser encontrados em quase todos os números de *O Araripe*, revelando que as transações comerciais envolviam de forma assídua, o mundo agrário.

ANNUNCIO

Antonio Machado do Nascimento, vende por preço commodo o sitio Mangueiras, com açude, casas de morada e de engenho farriada: casa de farinha, e bem fabricado de cannas, e uma casa de vivenda. Huma posse de terra no sitio Volta, cercada e cheia de cannas, e uma vivenda. Duas posses de terra no Juaseiro com um bom cercado para plantações. Tres moradas de casa nesta cidade, sendo duas na rua do Commercio velho, e uma na rua do fogo, todas de tijollo. Recebe em paga dinheiro, cavallo e escravos.

Crato 26 de Dezembro de 1857.

ANNUNCIOS

- Compraõ-se escravos de boa figura, e pagão se a mais de 1:000\$000: rs quem os tiver e os quiser vender entendasse na Villa da Barbalha com Lucio Aurelio Brigido dos Santos. (O ARARIPE, 09/01/1858, p. 4)

Na definição deste mundo rural, levo em consideração a observação de Ângela Maria Endlich, de que o rural e o urbano não são coisas dadas, mas sim dimensões sociais produzidas no decorrer da história (ENDLICH, 2010, p.19). Do ponto de vista histórico, considero imprescindível levar em conta as permeabilidades entre os dois mundos, pois a relação entre ambos é de complementaridade e não de oposição. No entanto, a predominância das atividades vinculadas ao mundo rural, particularmente ligada ao setor agrário, era uma característica do Cariri, não obstante o crescimento de seus núcleos urbanos.

A produção historiográfica recente indicou a questão do crescimento econômico regional na segunda metade do século XIX. Além das mudanças culturais e políticas, os estudos apontam para as transformações econômicas. São apresentados argumentos que afirmam o incremento na produção agrícola, na pecuária, na modernização progressiva dos meios de transporte e de comunicação, no aumento do comércio, enfim, toda uma diversificação e incremento na economia local. Algumas atividades foram desenvolvidas por todo aquele século, mas a partir da década de 1850, o destaque ao crescimento é evidenciado

(CORTEZ, 2008, p.25). Ocorreu um crescimento das povoações e vilas. A vila do Crato, por exemplo, foi elevada à categoria de cidade no ano de 1853.

Em janeiro de 1854, estendia-se a área urbana do Crato, de norte a sul, desde a Travessa das Olarias, que pensamos ter passado pelo lugar apelidado, de primeiro, Fundo da Maca, hoje uma das extremidades da Rua Senador Pompeu, até o sítio do Pisa, na atualmente chamada Praça da Bandeira, e de nascente a poente, da Rua da Boa Vista à da Pedra Lavrada, agora denominadas, respectivamente, Nelson Alencar e D. Pedro II. Naquela época atingiria a dois mil, ou mais, o número de seus habitantes. Nos anos 50 do século XIX, prestes a ser cidade ou após sê-lo, organizou o Crato vários serviços necessários à sua vida coletiva. Recordemos alguns que lhe foram, realmente, utilíssimos: a construção do mercado e do cemitério, uma elementar tentativa de abastecimento de água à cidade, a edição de seu primeiro jornal, que indicou, naqueles anos já tão distantes, lhe interessarem à *elite*, muito reduzida, é certo, coisas da inteligência e do espírito. (FIGUEIREDO FILHO, 2010, p. 10-11)

De qualquer maneira, o peso das atividades vinculadas ao mundo rural era predominante na economia, tanto pelo número de propriedades e estabelecimentos vinculados ao setor agrário, bem como pelo tamanho dessas atividades no conjunto da economia local. Para exemplificar a questão, apresento a descrição de algumas vilas, povoados e cidades feita por Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, em seu ensaio estatístico sobre a província do Ceará, no início da década de 1860.

Villa do Saboeiro – Esta villa, assentada á margem esquerda do *Jaguaribe* n'um terreno pedregoso a 96 leguas da capital pelos caminhos ordinarios, e a 26 do Icó, é pequena mas tem boas casas, uma boa matriz, cadêa e cemiterio. [...] Assaré – Povoação pequena situada á 10 leguas do Saboeiro, e á 100 da capital; é a sede da matriz. Sancta Anna do Brejo-Grande a 7 leguas do Crato é outra povoação; cabeça do districto de seu nome; pertence no civil ao municipio do Crato. [...] S. Matheus – Foi creada villa em 1833, suprimida em 1851, e restaurada em 1859. Fica sobre a margem esquerda do rio *Jaguaribe*, é pequena e pouco notavel. Depois de sua restauração, ainda não foi inaugurada como villa. [...] Cidade do Crato – Está situada a 7° 14' 2" de latitude meridional sobre a abundante corrente do *Grangeiro*, a 112 leguas da capital e a 32 do Icó, tem 550 casas de telha e 600 de palha, e dos arredores outro tanto; consome diariamente 8 rezes, entretem bastante commercio, e presume-se que terá só a cidade, de 6 a 8 mil habitantes. [...] Villa da Barbalha – É pequena, porém bem regada pelo *Salamanca*; tem 100 casas de telha e 200 de palha; dista 2 leguas do Crato e 100 da capital. [...] Povoados e capelas – Tem duas povoações, Missão-Velha e Missão-Nova: a primeira é a cabeça da freguezia, e antigamente de todo o Cariry, situada á margem do rio de seu nome: tem uma boa igreja dedicada a S. José, e uma capella a N. S. do Rosario; esta povoação vae em decadencia, tendo desaparecido ruas inteiras. [Missão Velha, nota minha]. Villa do Jardim – É pequena, desvantajosamente situada n'um sacco cercado de montanhas, bastante humida no tempo de inverno; tem apenas 200 casas, e uma igreja, a matriz. [...] Villa – Está edificada sobre a margem de um ribeiro, é grande,

tem umas 300 boas casas de telha, uma boa casa de mercado, uma boa matriz: dista do Crato 15 leguas e da capital 120. [Milagres, nota minha]. (BRASIL, Tomo II, 1864, p. 93-129)

A questão, portanto, é de complementaridade e não de oposição. No processo de constituição das atividades econômicas, os espaços, as técnicas e as relações devem ser entendidos dentro desta perspectiva e não como dicotômicos. Assim, o Cariri deve ser analisado levando em conta as suas peculiaridades, tal como a importância da Chapada do Araripe no conjunto regional, que dentro das condições históricas estabelecidas na segunda metade do século XIX, favoreciam determinadas atividades, enquanto tornariam outras mais complexas ou inviáveis do ponto de vista econômico.

A realização de uma nova formação social a partir da colonização portuguesa levou ao surgimento de uma sociedade que herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, porém com graduações que levavam em conta a cor, a condição social, a ocupação profissional e principalmente a distinção jurídica entre livres e escravos, com princípios hierárquicos baseados na escravidão (SCHWARTZ, 1999, p.209). Nela, a desvalorização do trabalho, visto como atividade degradante e de exclusividade para os estratos inferiores. Ao chegarmos à segunda metade do século XIX, as desigualdades com base na condição social e na condição jurídica e as discriminações a partir da cor e do gênero permaneciam.

Além da distinção social baseada na riqueza a partir da propriedade da terra e das atividades econômicas ligadas a ela, o discurso determinista da natureza se fazia presente. Tanto na destinação do espaço para determinadas atividades, como no comportamento das pessoas conforme sua classe social. No século XIX, o discurso sobre a personificação da natureza foi sendo alterado. Na Europa, autores reconheciam a natureza como criadora seletiva. A questão mais crítica nesse âmbito era se a natureza incluiria o homem (WILLIAMS, 2011). Predominou então a visão de que a “história natural” e a “história social” estariam separadas. A natureza nesse novo sentido seria tudo o que não era humano, tudo o que não fora tocado ou estragado pelo homem. Segundo Williams, uma separação entre o homem e a natureza não é apenas uma produção da indústria e do urbanismo modernos, mas uma característica de muitos tipos anteriores de trabalho organizado, incluindo-se aí o trabalho rural (2011, p.111).

A relação terra e trabalho

O campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações, mas a ideia de campos e cidades como realidades dicotômicas ainda conserva força acentuada. “Isto, porém, dá origem à tentação de reduzir a variedade histórica de formas de interpretação aos chamados símbolos e arquétipos, ou seja, de abstrair até mesmo estas formas tão evidentemente sociais e dar-lhes um *status* basicamente psicológico ou metafísico” (WILLIAMS, 1989, p. 307). Dessa raiz surgem idealizações sobre uma suposta vida mais bucólica nas áreas rurais em contraposição ao ritmo das cidades, ou sobre o caráter do “homem do campo”, homogeneizando os indivíduos numa espécie de tipo ideal de camponês, ou de homem pobre livre, que variava conforme a região, mas sempre com um sentido depreciativo. “Caipira”, “matuto”, “cabra”, “caboclo” ou “roceiro”, são exemplos da difusão de estereótipos. As vilas e cidades do Cariri na segunda metade do século XIX tinham uma ascendência do mundo rural. O mosaico de atividades que se completavam não retirava a força da produção agrícola, da criação dos rebanhos de gado, dos senhores de terras e de escravos, senhores que controlavam também o trabalho dos livres pobres que estavam submetidos a diversas formas de exploração: moradores que eram meeiros, parceiros, ou trabalhadores ocasionais nos engenhos e lavouras.

A ocupação do interior do Ceará ocorreu através da subordinação dos indígenas e sua “pacificação”, seguida da submissão dos trabalhadores livres pobres e dos escravos, além do monopólio sobre a terra, seja através das propriedades sesmarias ou da ocupação através da posse, gerando as propriedades senhoriais. Os senhores de terras pretendiam exercer seu domínio sobre as pessoas e para isso valiam-se das instituições. Como afirma Victor Leonardi, a vida social no grande sertão brasileiro se construiu, nos séculos XVIII e XIX a partir de um emaranhado de instituições, processos econômicos, comunicações verbais, formas de comportamento (LEONARDI, 1996, p. 309). O que Leonardi chamou de ocupação violenta: “No Ceará, a ocupação do território teve um caráter ainda mais nitidamente conquistador, dada a resistência dos povos indígenas durante quase um século” (1996, pág. 48). A sociedade rural que se constituiu teve início com o que Leonardi chamou de colonialismo interno. Não só portugueses, mas também brasileiros; não só brancos, mas também mestiços; diversos grupos praticaram o domínio através da violência e do controle das terras e riquezas, além da escravização tanto de povos nativos como de africanos e seus descendentes. A pobreza não era uma determinação da natureza, uma tragédia imposta por

forças sobrenaturais, mas sim resultado do processo de apropriação do espaço e da exploração do trabalho humano.

Os primeiros habitantes já haviam sofrido com o processo de expropriação e de tentativa de apagamento de sua memória. O relato do Diretor Geral dos Índios para a província do Ceará é exemplar da situação vivida por aqueles povos.

Quando em virtude do decreto de 24 de Janeiro do corrente anno, pelo qual S.M.I. houve p^o bem nomiar-me Director Geral dos Indios desta Provincia, tomei posse no dia 23 de março deste mesmo anno, não fis e nem podia fazer uma perfeita ideia do grande trabalho, responsabilidade, comprometimento, e despezas, que tinhaõ de pezar sobre mim na ardua e espinhosa tarefa dos deveres inherentes a esse honrado Emprego, p^m agora, depois de um tirocinio de poucos mezes, em que, a despeito de meos esforços e assiduo trabalho, ainda não pude conseguir o perfeito restabelecimento de todas as Aldeias dos Índios, que montaõ a oito em diferentes pontos da Provincia, alem da antiquissima Aldêa de Missaõ Velha do Crato, aonde existem terras, q foraõ dadas aos Indios, e me consta haverem athe Indios selvagens nas extremas desta mesma Provincia, [...].

Estou que o Governo, que elaborou, e organizou aquelle Regulamento não podia prever o estado desgraçado, em que se achavaõ as Aldeas, e que p^oisso se tornasse uma pratica excessivamente onerosa aos Directores Geraes o cumprimento dos seos deveres, como tenho experimentado, e succederá a todos aqueles de Provincias, que tenhaõ tantas Aldeas como esta, e em que os Índios tenhaõ sido dispersos, e esbulhados de suas terras, gravadas de mais a mais com a fome, que continua e continuará até que a Divina Providencia nos depare as chuvas, e hajaõ produções, por isso que não cessaõ de reclamar por socorros para salvarem actualmente a vida, e poderem trabalhar em preparar terreno, em que plantem, quando chegar o inverno. (PROVÍNCIA DO CEARÁ, 28/09/1846)

Em que pese a supervalorização de suas tarefas no cargo, o diretor geral acusava a situação precária dos povos nativos e a perda até das terras destinadas a eles nos aldeamentos criados pelo governo Imperial, fato corrente no Brasil. No desenvolvimento dessa conquista do espaço, a classe dominante no Cariri procurou diversos mecanismos para manter uma hegemonia e definir os papéis sociais que competiam a cada indivíduo, conforme sua visão de mundo e seus interesses. Aos trabalhadores em geral, preconizava a submissão através do trabalho, atividade vista como essencial para a manutenção da ordem e progresso do país. Da desqualificação social surgia também a possível solução. Sendo vistos como inferiores pelos estratos dominantes, caberia aos mais pobres, segundo aqueles, o trabalho desvalorizado, caminho para a manutenção da ordem social e do enriquecimento da nação. Assim, dois pensamentos entrelaçavam-se: o Cariri como um “oásis” no sertão, e, os homens livres pobres como fadados ao trabalho, em conjunto com os escravizados.

Além da violência inerente à escravização de seres humanos, as relações paternalistas criavam situações de dependência que reproduziam as hierarquias e as desigualdades sociais. Apesar da opção brasileira de uma monarquia constitucional de base liberal, que teoricamente considerava todos os cidadãos livres e iguais, a manutenção da escravidão e a restrição legal do gozo pleno dos direitos civis e políticos, com base em critérios censitários, demonstram bem a distância entre a formalidade dos princípios “liberais” e a vida cotidiana desses brasileiros (MATTOS, 2004). Na linguagem atual, os “excluídos”, aqueles que são de alguma forma, alijados do processo de crescimento econômico e sobrevivem com recursos mínimos, em condições degradantes de moradia e de trabalho.

Um problema a ser enfrentado é o da falta de dados mais precisos, relativos às atividades econômicas. E a questão não diz respeito somente à economia dos setores geralmente marginalizados, mas também a dos senhores. Mesmo os contemporâneos, que se dedicaram a fazer o registro e levantamento de informações, informavam que o quadro era incompleto e aproximado. Um exemplo é a obra de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil. Ao destacar a importância da lavoura da cana-de-açúcar na economia da região, fez um alerta sobre os números que apresentou em seu ensaio estatístico (BRASIL, 1863, Tomo I). Segundo ele, não era possível determinar a superfície plantada de cada cultura, a quantidade e o valor da sementeira anual, o valor e o preço de cada produção por freguesia e município, o consumo dos produtos agrícolas em cada localidade e o comércio deles. Para realizar seu levantamento no que diz respeito à agricultura, valeu-se dos dados alfandegários e de outros órgãos públicos que não citou explicitamente (BRASIL, 1863, Tomo I, p.340). Lamentava ainda que a agricultura, apesar de sua importância, fosse geralmente desprezada estatisticamente. E dividia, para fins de estudo, as atividades agrícolas em dois ramos: a agricultura e a criação de animais. Não obstante, Thomaz Pompeu Brasil também destacava as características naturais da região e seus principais produtos agrícolas. Cito o exemplo da Comarca do Crato.

A Comarca do Crato fica no valle formado pela serra do Araripe, que se chama Carirys, nome derivado da tribo indigena que n'ella habitava. O terreno é baixo, entrecortado de ribeiros e oiteiros, como todo o sohpe da serra, circumdado pelo Araripe, de cujas fraldas emanam rios abundantes d'agua, que em varios corregos banham fartamente aquelle sólo fertilissimo e rico de produçãõ. A canna, legumes, mandioca, algodão, e nas fraldas da serra o caffè, dão como em parte alguma. A agricultura é a industria principal do paiz, e para alli correm não só a prover-se de mantimentos, como a refrigerar-se das seccas, os habitantes dos sertões visinhos da Bahia, Pernambuco, Rio-Grande do Norte, Parahyba e Piauhy. (BRASIL, 1864, Tomo II, p. 101-102)

Apesar da explicação de Thomaz Pompeu Brasil, de que não haveria como quantificar a produção, o comércio e o consumo da província do Ceará com precisão, em seu ensaio é possível identificar informações sobre o Cariri. Por exemplo, um importante item da alimentação consumida pelos cearenses, a farinha de mandioca.

Faltam-me dados seguros para calcular a produção da farinha em toda a província. Tenho apenas informações, em cuja exactidão não posso confiar. Destas resulta que ha na provincia 11,000 estabelecimentos de farinha, grandes e pequenos, produzindo 600,000 alqueires, que ao valor minimo actual de 2\$500, importa em 1,500:000\$000. (BRASIL, 1863, Tomo I, p. 368)

Valendo-se das informações obtidas nas freguesias, a produção de farinha de mandioca apresentava o quadro seguinte.

Tabela 1 – Produção de farinha de mandioca em localidades do Cariri.

Freguesias	Estabelecimentos	Quantidade de alqueires
Missão Velha	120	10.000
Milagres	60	4.000
Barbalha	130	20.000
Crato	4.054	70.000
Assaré	125	2.800
Jardim	1.828	38.000

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados apresentados, in: BRASIL, Thomaz P., 1863, Tomo I, p. 368.

No caso da farinha de mandioca, os números não dizem quem consumia e em qual quantidade. Porém, os dados apresentados dizem respeito ao que era registrado da produção nos aviamentos de fazer farinha, bem de raiz que não era acessível a todos os moradores da região do Cariri, por exemplo. A casa de farinha era um bem que nem todos possuíam, o que, obrigava a muitos trabalhadores pedir permissão aos donos para obter o alimento. Isso gerava uma relação de dependência entre as pessoas, diretamente ligada a um gênero alimentício importante. Interessante é a diferença entre o número de estabelecimentos da vila de Barbalha e a quantidade de alqueires de mandioca cultivados, quando os mesmos dados são comparados com os referentes à vizinha cidade do Crato. O que pode indicar que em Barbalha, os produtores eram em menor número e detinham mais terras, enquanto no Crato, a quantidade de alqueires de mandioca estava mais distribuída entre pequenos produtores. A busca por referências ao que se produzia, levou-me aos registros das Câmaras Municipais. No

ano de 1875, a Câmara do Crato, informava ao governo da província do Ceará, o quadro da produção existente.

Não se pode apreciar a superfície da terra cultivada deste município, por quanto sua maior parte, ainda se acha inculta: e a occupada pelos diferentes ramos de agricultura ainda não acha-se devidamente precisado o seu numero. Entretanto esta municipalidade calcula a superfície da terra deste município em 100 leguas quadradas; um terço desta occupada quase que exclusivamente com agricultura. (CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO, 26/06/1875)

Os vereadores lamentavam as condições das vias de acesso e de transporte de mercadorias, como faziam em quase toda correspondência emitida para o governo provincial onde o tema era a economia e o desenvolvimento material. De qualquer modo, apresentavam o que consideravam as principais atividades desenvolvidas.

Esta Municipalidade sente não dispor dos dados estatísticos, à mão, para comprovar a V. Ex^{ca} o que vem de expender; entretanto afirma-o pello que sabe de experiência própria. Este município em geral presta-se a todo genero de cultura, usado na provincia: a canna d'assucar, o café, o algodão, fumo, milho, arros, a farinha (mandioca), feijão, batatas, constituem os diversos generos de cultura. Occupa o primeiro lugar a canna d'assucar: constitui ella a principal fonte de riqueza do extenso valle do Cariry – e as moagens são quase todas para o fabrico de rapadura e aguardente, que servem de consumo aos seus visinhos. Tem 26 engenhos de ferro puchado a boi, 100 engenhos de madeira. Calcula-se de 40 a 50:000 cargas (centos) de rapaduras, produzindo liquido de 300 a 400 contos de reis: Calcula-se o fabrico de aguardente em 400 à 450:000, canadas, produzindo-se liquido 200 à 300 contos. Os demais generos, cuja exportação não podem ser calculados servem para abastecer ao mercado publico; e são consumidos nos sertões visinhos. não se pode fazer um calculo approximado dos seus productos e rendimentos. Ha tão bem alguma criação de gado vaccum, cavalari, lanigem, e suino, porem tudo de pouca significação. [...] Os systemas de cultura das terras, seus processos, e ferramenta agricola. Em geral, como acima já se fez sentir a V. Ex^{ca} não ha menor industria em nos diferentes systemas de culturas das terras, seus processos e ferramenta agricola. Abandonada e esquecida como é a agricultura no alto sertão desta provincia, ella resente-se de tudo. Seu systema de industria não passa do que por si pode conceber um lavrador rude e material. Seu processo limita-se ao que naturalmente produz a campina em cujo seio deposita o grão de qualquer semente. As ferramentas compõe-se da – enxada, maxado, facão, foice, e em sua maior parte fabricadas por artistas desta Cidade. (CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO, 26/06/1875)

O quadro apresentado pela Câmara diferia dos discursos geralmente pronunciados sobre o Cariri, porém talvez seus objetivos fossem o de angariar mais recursos para a cidade, que chegariam aos produtores mais ricos. Melhores vias de acesso, empréstimos, obras, podiam ser os interesses dos vereadores do Crato ao apresentarem as dificuldades vividas. De

qualquer maneira, demonstravam a incapacidade de registrar a produção em termos mais exatos. As referências eram sempre aproximadas, mas forneciam um retrato daquele momento, por volta do último quarto do século XIX. Os dados sempre eram mais precisos, ainda que aproximados, quando as atividades eram referentes às propriedades dos senhores. Sobre a extensão das propriedades, o problema era diferente. Tanto nas correspondências, bem como nos registros de demarcação de terras ou nos inventários, os proprietários não conseguiam apontar o tamanho das propriedades. Ou não desejavam. Algo comum às várias regiões do país: a imprecisão nos registros sobre os limites das propriedades. Uma prática dos senhores, como explica Márcia Menendes Motta, ao analisar as estratégias daquela classe, na questão da Lei de Terras e nos registros paroquiais. Os registros não servem de parâmetro para comprovar a área ocupada pelos fazendeiros, pois os limites eram descritos de maneira vaga, e feitos dessa maneira, favoreciam as futuras invasões das terras dos pequenos produtores (MOTTA, 1998, p. 167-168). A imprecisão dos dados não parece ser fruto apenas da falta de estrutura governamental, mas também uma estratégia de muitos senhores para atingir seus objetivos. Por outro lado, escapar do controle do estado e de sua pulsão fiscal e extrativa parece ter sido também uma tática dos trabalhadores. Não se tratava apenas de uma questão geográfica, de distância entre os diversos sítios de camponeses e o poder das câmaras municipais e da coletoria de rendas. Comunidades quilombolas, ou habitações isoladas na vastidão da Chapada do Araripe e seu entorno, não iriam espontaneamente revelar suas condições de vida e submeter-se à pulsão extrativa e fiscal do estado imperial brasileiro.

Diante das colocações apresentadas é necessário refletir sobre algumas questões relacionadas ao complexo econômico, como a relação entre a riqueza e a pobreza no Cariri; as formas de apropriação dos recursos naturais; a relação entre o trabalho e a injustiça social. E isto deve ser feito de maneira que a análise inclua a economia dos trabalhadores, sejam camponeses, escravizados ou assalariados, sem deixar de considerar as imbricações com a economia dos senhores e a conjuntura do país. Entender como o crescimento econômico regional, destacado pela historiografia para a segunda metade do século XIX, representou, ao mesmo tempo, a consolidação da pobreza de grande parte da população livre. Sendo o Cariri retratado como o “oásis” do sertão e o “império” da produção, importa explicar a desigualdade social que ali existiu, saindo da versão tradicional proposta pela classe senhorial, - de que a pobreza seria gerada pela propensão à vadiagem e à ociosidade por parte dos trabalhadores.

A desigualdade foi gerada no decorrer do processo de ocupação, consolidação do modelo colonizador e posteriormente, com o desenvolvimento da economia caririense. Não foi um processo linear ou progressivo. Representou uma tragédia para um número considerável de pessoas, como ocorreu com as populações indígenas. As potencialidades dos recursos naturais da localidade em que essas propriedades estavam inseridas, as técnicas existentes e as relações de trabalho utilizadas condicionavam as práticas econômicas. Alguns senhores criavam gados em terras no Piauí, faziam o transporte do gado para o Cariri e vice-versa. Também possuíam lavouras, sendo que havia um grupo menor que também era proprietário de engenhos de cana-de-açúcar. Os mais ricos conseguiram expandir suas propriedades e negócios na região e nas províncias vizinhas.

Se o Cariri é identificado como um local em que não prosperaram grandes latifúndios, o fato é que os senhores detinham mais de uma propriedade, além do que, seus núcleos familiares geralmente estavam próximos. Filhos, sobrinhos, irmãos, primos, pais, os familiares eram, em muitos casos, vizinhos. Outro fator importante na definição do preço das propriedades era o acesso aos recursos hídricos. Desde o período colonial, o acesso às fontes d'água era um fator distintivo na concessão das sesmarias. Aquelas que seguiam os cursos de rios, por exemplo, eram as primeiras a serem objetos de requisição. O controle sobre as fontes, olhos d'água e miradouros também foi uma das expressões do domínio econômico e social no Cariri, não só pelo fato desses recursos geralmente estarem dentro das propriedades dos senhores, o que lhes permitia a decisão de quem poderia ter acesso à água e quando poderia, mas também, através da legislação que de certo modo lhes favorecia. Mesmo com a existência do costume de se permitir o acesso à água para moradores e vizinhos, a questão é que um senhor poderia decidir negar este acesso, por alguma contrariedade ou disputa.

Do outro lado, pequenos posseiros, trabalhadores sem terra que moravam nas áreas de seus senhores, pequenos arrendatários, jornaleiros e trabalhadores das cidades constituíam a massa de pobres livres que, junto com os trabalhadores escravizados, realizavam a produção da época. A pobreza de muitos foi gerada em todo este processo, provocando as disputas e as situações de crise no período. Assim, a condição de ser pobre não deve ser caracterizada como uma fatalidade, um destino ou causada pelas chamadas “calamidades naturais”. Momentos de crise social podem fazer com que ela aumente, levando a população a níveis de miséria, como pode ocorrer nos casos de guerras prolongadas, secas, terremotos ou outros eventos que desarticulam ou obstruem o sistema produtivo. No entanto, existe a pobreza do cotidiano,

aquela dos tempos considerados “normais”, ou seja, a que é gerada no desenvolvimento das formações sociais, sendo resultado do processo.

Mesmo com todas as dificuldades, os trabalhadores pobres que viviam das atividades agrícolas eram a maioria. A luta pela sobrevivência era árdua, exigia muito trabalho, quase sempre árduo, na lida da terra e demais atividades vinculadas. Restrições ao modo de vida dos pobres, tentativas de submetê-los ao trabalho para os senhores, pouca disponibilidade de posse da terra sem o domínio da classe senhorial, dificultavam ainda mais a condição dos que viviam na pobreza. Suas principais atividades estavam compreendidas principalmente nas lavouras de subsistência, nas atividades extrativas e na caça. Além dos trabalhadores livres empobrecidos, os trabalhadores escravizados estavam presentes no Cariri e desempenharam juntas várias funções e tarefas, apesar de separados do ponto de vista formal, pela condição jurídica. Mas, em seu cotidiano vivenciavam situações similares (CORTEZ, 2008, pág. 81). Os escravizados estiveram presentes na história do trabalho no Cariri, como demonstra a documentação - inventários, processos criminais, processos de arrematação de escravos, jornais que relatavam fugas, a compra e venda de escravos, e outras situações do cotidiano.

Pella Collectoria desta cidade se fas publico, que em conformidade do artigo primeiro, do decreto numero dois mil cento e sessenta, do primeiro de maio corrente anno, se tem de proceder a nova matricula dos escravos maiores de dose annos, residentes dentro dos limites da cidade: por os respectivos senhores, ou aqueles que os tiverem de pessoa de fora da cidade, empregados no seo serviço, ordinario, por aluguel, imprestimo, uso fructo, ou algum outro meio, deveraõ apresentar nesta repartição, dentro do praso de trinta dias, a contar da data deste, uma rellação assinada por elles, dos escravos que lhes pertencerem, ou estiverem em sua administração, com declaração dos nomes, nações, idades, côres, officios, e nome da rua em que residir; tudo da forma prescrita aos regulamentos numero cento e cincoenta e um, de onze de abril de mil oitocentos e quarenta e dois. Os que faltarem a este dever, ou derem informações falsas, encorrem na multa de dez, a trinta mil reis por cada escravo.

Collectoria da cidade do Crato, em 9 de dezembro de 1858.

O Collector, Alexandre Ferreiro dos Santos Caminha. (O ARARIPE, 11/12/1858, p. 4)

Nos registros dos inventários *post-mortem*, bem como nos livros de batismo, casamento e de óbitos, é possível identificar a diversidade da população escravizada no Cariri. Segundo Ana Sara Cortez, uma das características da população no Cariri foi a miscigenação, tanto entre os escravizados, como entre os livres pobres (2008, p.48-49). Iris Tavares analisou todas as matrículas de escravizados encontradas no período de 1872 até 1884, na cidade do Crato. Assim, identificou as atividades laborais dos trabalhadores, descritas pelos senhores. Agricultores, cozinheiros e cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, alfaiates, rendeiras,

fiandeiras, mas na maior parte dos casos, não havia profissão referida ou anotava-se a expressão “nenhuma” (TAVARES, 2013, pág. 84). De um total de cento e sessenta e dois escravos, cento e trinta não possuíam referência sobre a profissão. Tavares explica a situação pelo fato de existir um percentual elevado de crianças entre o contingente identificado, cerca de quarenta e três por cento do total. No entanto, sessenta por cento dos escravizados foram considerados aptos para o serviço.

Tabela 2 – Aptidão para o trabalho dos escravizados matriculados, Crato (1872-1884).

Aptidão para o trabalho	Número de escravizados
Capaz de qualquer serviço	96
Capaz de serviço leve	24
Qualquer serviço doméstico	01
Boa	01
Nenhuma	02
Não trabalha	12
Não tem	03
Não referida	23
Total	162

Fonte: TAVARES, 2003., pág. 86.

Desse modo, várias crianças eram consideradas aptas para o trabalho, sendo destinadas de fato para essa atividade desde cedo, conforme as possibilidades e a decisão de seus senhores. Apesar da população escravizada não ter sido a maioria em nenhum momento da história do Cariri, o impacto da escravidão, tanto na vida dos escravizados, quanto na vida da população livre, foi importante definidor de uma série de atitudes, políticas e modos de vida ³. Segundo Robert Conrad, no Brasil havia um número considerável de pessoas pobres que viviam do trabalho de um ou mais escravos. Conrad apresenta um dado significativo. No ano de 1870, todos os seiscentos e quarenta e três municípios do Império que possuíam estatísticas, registravam a presença de escravos (CONRAD, 1975, p. 6).

Conclusão

Segundo Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, quando os historiadores associaram a terra ao trabalho, buscando uma explicação histórica, constituiu-se o sentido da palavra agrário, o qual vai além dos adjetivos - fundiário, territorial, imobiliário - indo até ao problema da injustiça social e da pobreza na América Latina. Esse novo sentido

³ No ano de 1874, a população do Ceará era composta de 686.773 livres e 31.975 escravos, ou seja, aproximadamente 4,4% da população era escravizada. O percentual de escravos no Município Neutro era de 17,2%, na Província do Rio de Janeiro era de 39,7%, enquanto na Província de São Paulo era de 20,4%. (CONRAD, 1975, pág. 345).

associa a estrutura da posse e uso da terra às formas de organização do trabalho (LINHARES; SILVA, 1999, pág. 47). Esse processo engloba não só os aspectos legais e econômicos de ocupação da terra, isto é, a produção e a apropriação social, mas também os aspectos culturais e políticos. No mundo das relações sociais de produção do Cariri coexistiam diferentes relações de trabalho e trabalhadores nas mais diversas condições. Desde o trabalhador escravizado, passando pelos livres pobres e que prestavam serviços na condição de moradores, os pequenos posseiros que realizavam o trabalho familiar, os jornaleiros que prestavam serviços a diferentes senhores conforme a oportunidade que surgisse, entre outros. Além desses, existiram aqueles homens que eram forçados ao recrutamento militar ou a trabalharem em obras públicas, os que se tonavam jagunços e os que praticavam a mendicância como forma de sobrevivência. Assim ao fazer a análise da estrutura agrária no Cariri da atualidade, o pesquisador deve levar em conta que o trabalho, a propriedade, as técnicas e as relações sociais têm uma historicidade, bem como a relação entre a riqueza e a pobreza.

Referências

Bibliografia

- BENATTI, José Heder. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX (estudo da formação da propriedade privada). In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- BEZERRA, Antônio. Cariri. **Revista do Instituto do Ceará - ANNO LXVIII – 1954**, p. 257. Disponível em <<http://www.institutodoceara.org.br/Rev-apresentacao/RevPorAno/1954/1954-Cariri.pdf>>.
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo I, 1863. Disponível em <http://memoria.org.br/trf_arq.php?a=00027001>.
- _____. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo II, 1864. Disponível em <http://memoria.org.br/trf_arq.php?a=00027002>.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. – 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARVALHO, José Murilo de (coordenação). **A construção nacional 1830-1889**. – Volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**. – Tradução de Alda Porto – Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. – Tradução Maria Yedda Linhares. – 3ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Organizadores). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. – 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FIGUEIREDO FILHO, José de; PINHEIRO, Irineu. **Cidade do Crato**. – Fac-símile da edição de 1955, publicada pelo Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. Fortaleza: Coedição Secult/Edições URCA/Edições UFC, 2010.
- FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2ª ed. rev. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre Árvores e Esquecimentos: história social nos sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.
- MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política. Livro Primeiro – o processo de produção do capital, volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- OLIVEIRA, Antonio José de. **Engenhos de Rapadura do Cariri: Trabalho e Cotidiano (1790-1850)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza, 2003.
- SCHWARTZ, Stuart B.. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- TAVARES, Iris Mariano. **Entre a sacramentalização católica e outros arranjos parentais: a vida familiar dos escravizados do Crato – CE (1871-1884)**. Dissertação (Mestrado em

História). Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 387.

_____. **Cultura e Materialismo**. – Tradução André Glaser- São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Fontes

Jornal O Araripe. **O ARARIPE**. Coleção Digital, Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC). Edições: 19/07/1856, 25/09/1857, 09/01/1858, 11/12/1858.

PROVÍNCIA DO CEARÁ. **Ofício do Diretor Geral dos Índios da Província do Ceará, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império**, Joaquim Marcelino de Brito, em 28 de setembro de 1846, Livro *IJJ⁹ 176, Arquivo Nacional (AN).

CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO. **Ofício ao governo da Província do Ceará**, em 26 de junho de 1875, caixa 35, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Recebido em: 31 de maio de 2021.

Aprovado em: 05 de dezembro de 2021.